

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CAMPUS - V - CAJAZEIRAS

Um estudo da História do Brasil na 5a. série: *contos de...*
? CONTOS DE FADAS OU REALIDADE?

CRISTIANA RUSSO LIMA DA SILVA

CAJAZEIRAS-PB, 1995

CRISTIANA RUSSO LIMA DA SILVA

Um estudo da História do Brasil na 5a. série: *contos*.
CONTOS DE FADAS OU REALIDADE?

Trabalho apresentado ao Departamento de Educação do Centro de Formação de Professores ~~da~~ Campus - V da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para conclusão da Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Supervisão Escolar.

CAJAZEIRAS-PB, 1995

(DEDICATÓRIA ESPECIAL)

Dedico ao Dr. MARCUS FREDERICO CLAUDINO VERAS, todo o esforço deste trabalho por ter depositado a sua confiança em mim, tornando possível a concretização deste sonho, após tantas dificuldades. Que o Criador o ilumine para sempre, recompensando-lhe por tudo que fez. E aos meus pais, esposo, irmã que sempre me deram forças através das palavras de estímulo e encorajamento nesse momento tão importante de minha vida, Dedi-
CO.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai celestial, por toda força e proteção ^{grm} meio a tantos perigos, estrada à fora, por não ter permitido que o desânimo tomasse conta de mim, fortalecendo-me a cada dia ao raiar do sol.

A Marilene Dantas Vigolvino e a Luiz Frederico B da Rocha, que sempre nos atenderam com um sorriso nos lábios apesar do cansaço, e ao Diretor e Professor da escola que me ajudaram a concluir esta obra.

HOMENAGEM ESPECIAL AOS IRMÃOS:

JAIRO RUSSO

MADRE TEREZINHA

PADRE ANTONIO

ANA ALDA

LUIZ VIDAL

JOANA MELO COSTA

"O emprego de dinheiro em armas atômicas que só destroem, daria para criar escolas que deixariam alunos na atômidade da paz e da sabedoria." (MANOEL GOMES)

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	8
II - JUSTIFICATIVA	9
III - OBJETIVOS	16
IV - FALANDO DA MINHA EXPERIÊNCIA.	17
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
VI - BIBLIOGRAFIA	23
VII - ANEXOS	24

1 - APRESENTAÇÃO

"A mentalidade tecnicista da nossa sociedade e a sua preocupação em fazer da educação uma simples criadora de mão-de-obra para a produção reduziram o professor à máquina de ensinar, simples transmissor "mecânico" de conteúdos culturais não reelaborados criticamente" (Rosa Kulcsar)

O trabalho intitulado: "Um estudo da história do Brasil na 5ª série.: contos de fadas ou realidade?", é resultado de toda uma gama de estudos, lidos e relidos, discutidos, questionados acerca da sociedade brasileira, com seus Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado, da educação como parte desse processo, do papel do livro didático, e mais especificamente, do Ensino de História do Brasil na 5ª série do 1º grau. Esse estudo surgiu a partir do nosso interesse e admiração por essa disciplina e desenvolveu-se numa escola pública Municipal da cidade de Cajazeiras.

Analisando este último tema, foco do nosso estudo fizemos uma breve retrospectiva do surgimento da História como disciplina, das abordagens metodológicas e das linhas tendenciais.

Inicialmente fizemos algumas visitas à escola para conversarmos com a direção e o professor de História. Depois realizamos algumas leituras para aprofundamento teórico-metodológico, dos autores: Althusser, Arroyo, Camargo, Charlot, Faria, Fonseca, Freitag, Micele, Mizukami, Molina, Nadai, e Pizarro. Após essa etapa fizemos uma análise em torno do livro didático adotado pelo professor, as observações em si e a implementação da proposta através de conversas com o docente a respeito do ensino de história e da sua prática em sala de aula.

2 - JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira retrata em seu interior as contradições do sistema capitalista onde reina a desigualdade social, a discriminação e a submissão. Tais fatores são assegurados, nesse tipo de sociedade, pelos Aparelhos Repressivos do Estado (AIR'S), que por sua vez utilizam-se dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE'S) para garantir este estado de coisas.

Os ARE'S compreendem o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões. Estes têm por função reprimir a sociedade através da força, para garantir a supremacia do modelo capitalista, e pelas relações de produção e exploração da força de trabalho, submetê-la ao processo de exploração da mais-valia.

Compõe os Aparelhos Ideológicos do Estado a igreja, as escolas pública e privada, a família, o setor judiciário, político, sindical e a imprensa que, de modo geral, asseguram o poder econômico e político à classe burguesa através da ideologia, inculcando valores e ideias que favoreçam esse poder. Esses aparelhos, apesar de distintos, funcionam de forma unificada, com os mesmos propósitos já que a classe dominante tem o poder do Estado que dispõe dos ARE'S e conseqüentemente dos AIE's como afirma ALTHUSURSER (1985):

"nenhuma classe pode de forma duradoura deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos AIR's" (p.71).

A escola e a família são um dos principais AIE.'s , pois é no seu interior que se dá a formação do homem.

Deteremo-nos agora no estudo da escola como aparelho ideológico por ser este o nosso principal objeto de estudo.

A escola assume postura de reprodutora dos privilégios sociais da classe hegemônica. Segundo ANA FARIA (1994):.

"a educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é o de reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação da sua ideologia e do conhecimento que permite a hierarquia na produção e que garanta maior controle no processo pela classe dominante" (p.08).

Contudo, essa não é a única função da escola, haja vista que ela pode também despertar nos educandos uma tomada de posição na medida em que poderá ensejar uma contra-ideologia que venha atender às necessidades da classe popular.

Neste sentido, a escola poderá assumir duas funções opostas: uma em que buscará a transformação social, lutando por uma sociedade mais justa, pois procura orientar o homem para ser livre, consciente, crítico, criativo e reflexivo. Nesse caso, a escola tornar-se-á um palco de lutas em busca da igualdade, como afirma SAVIANI apud EVANGELISTA (s/d.):,

" enquanto o dominado não dominar o que o dominador domina não conseguirá sair do seu estado de dominação" (p.719).

Contraopondo-se a esta função, a outra caracterizar-se-á por ser transmissora da ideologia dominante reproduzindo as desigualdades da sociedade capitalista, inculcando valores que formam uma consciência ingênua, tornando o homem um ser alienado socialmente e/ou defensor de interesses que o exploram. Essa função vem fortalecer a sociedade dividida em classes, tão bem veiculada na escola, por exemplo, pela forma como são trabalhados os conteúdos curriculares, que, em última instância, acabam contribuindo para que a escola se torne um agente reprodutor do modelo capitalista de produção.

É interessante ressaltar o papel relevante que assume o livro didático nesse processo. A ideologia nele contida, de modo geral, serve para consolidar a hegemonia da classe burguesa, e com ela, as relações de produção.

O livro didático editado no Brasil é em sua maioria de má qualidade pois busca atender os interesses da classe burguesa e das editoras que faturam alto por produzir aquilo que estas almejam, como diz FREITAG (1993):

"fabrica-se um livro via de regra medíocre, de baixo custo e de má qualidade para professores incapazes de avaliar a sua qualidade crianças carentes (recurso) e culturalmente desprivilegiadas para impedir que os consumidores se dêem conta das contradições materiais em que vivem e as relações de produção que prevalecem na sociedade de consumo" (p.57).

Para combater essa ideologia mister se faz que o professor possa exercer na escola uma função inovadora, que tenha uma boa formação profissional, uma reciclagem permanente, interesse e condições de realizar pesquisas, salários dignos, vastos conhecimentos sobre o livro didático, além de de um engajamento político na luta por uma sociedade mais justa. Para tanto, é necessário que a escola possa incentivar e dispor de educadores capazes e comprometidos de forma que possam contribuir para mudar a realidade da escola e da sociedade.

Neste caso, teríamos a escola como um veículo para a fomentação, concepções e atitudes em defesa da classe dominada.

Sabemos que nas nossas escolas, sobretudo, nas públicas, essas condições inexistem. Apenas uma parcela dos profissionais, ou melhor, a maioria deles ainda não conseguiu atentar para o caos em que se encontra a nossa educação. Este fato aliado à prática distanciada dessa realidade acaba por ser reflexos de valores que, via de regra, não são seus. São frutos

de uma conjuntura que em última instância acabam determinando esse ou aquele tipo de comportamento. Não estamos querendo com isso justificar esse tipo de atitude. Estamos apenas tentando discutir essa situação até para compreender porque certas circunstâncias encaminham o professor a utilizar o livro didático de forma inocente ou indiferente e a aceitar as orientações didático/pedagógicas impostas pelas editoras dando ao professor respostas prontas (muitas vezes erradas), a se acomodar frente a ausência de livros para pesquisas e as estratégias de marketing, que mascaram o conteúdo dominante do livro, etc.

Diante de tais afirmações o que queremos realmente esclarecer, ou até mesmo questionar, é se o livro é algo meramente inútil e deve ser jogado fora, ou se o problema está em como ele é utilizado?

É certo que se o professor assume uma postura crítica e acredita na capacidade de análise do aluno buscando situações em que ambos possam compreender a validade, a importância e as temáticas contidas no livro didático, ficará evidente a significância desse recurso. Nesse sentido, fica mais difícil exterminá-lo ou jogá-lo fora, como acreditam ser esta a solução para o livro didático, defendida por algumas pessoas. Esta é uma atitude casuística e simplista, e este não estão dando a importância que a problemática carece.

Feitas estas considerações de cunho geral, passaremos ao estudo teórico-metodológica do ensino de História do Brasil nas escolas, dando ênfase ao papel do livro didático nesse processo.

No Brasil, a História foi introduzida como currículo a partir da 6ª série e surgiu sob a influência do pensamento francês, no bojo do movimento regencial após a independência de 1822.

Assim, a História inicialmente estudada no país foi a da Europa Ocidental, considerada como a verdadeira História das Civilizações.

Ao longo de sua trajetória, esta disciplina passou a ganhar espaço nos currículos em todas as escolas secundárias e primárias da nação. No entanto, nada ocorreu de revolucionário, no que diz respeito a questão teórico-metodológica.

No início deste século tal matéria aparece apenas com a finalidade de introduzir certos conhecimentos sobre heróis, datas e acontecimentos importantes, o que não tem sido tão diferente do ensino nos dias atuais. Afinal, quem não lembra das grandes listas, datas e vultos que nos eram impostos a decorá-los e das chamadas Histórias dos Heróis sempre tão corretos ?!

Para analisarmos o conhecimento histórico no Brasil, necessário se faz levarmos em consideração dois aspectos fundamentais: o contexto histórico (conjuntura sócio-econômica, política, cultural e ideológica do país) e a historiográfica (estágio de desenvolvimento conceitual teórico-metodológico apresentados pelas ciências sociais).

Neste enfoque, a historiografia brasileira encontra-se marcada por três linhas tendenciais responsáveis pelas abordagens: tradicional e renovadora do ensino de história do Brasil.

A primeira tendência apresentada é a romântica elogiativa e está vinculada ao romantismo da época, destacando as riquezas das terras brasileiras e os seus "grandes homens". Teve como representantes os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) criado em 1839 com objetivo de reelaborar as bases da nação e reativar o pensamento patriota, dentro de uma concepção ufanista, nativista e apologético da História.

A tendência factual-descritiva vem logo depois tendo como características marcantes o abandono das grandes interpretações românticas e seguindo para um estudo puramente factual dos acontecimentos. Sobre a influência do positivismo e cientificismo, acaba por ressaltar nomes representativos para a historiografia brasileira como Francisco Varnhagem (1816-1878) e Capistrano de Abreu (1862-1927), que contribuíram com seus estudos científicos.

Em terceiro vem a tendência teórico-analítica como resultado dos estudos históricos ocorridos aqui no Brasil na década de 20 deste século, no bojo dos movimentos sociais e transformações ocorridas no País. Tem base no materialismo histórico de Marx e Engels e na "Escola dos Anais" onde é notável a necessidade de se produzir uma História interpretativa e analítica relacionando sempre presente passado e vice-versa.

Vinculada a esta tendência, causadora da renovação do pensamento histórico no Brasil, surge uma gama de historiadores, como: Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freire.

Podemos identificar no nosso sistema escolar dois tipos de ensino da História completamente antagônicos de acordo com a postura e concepção adotados pelo professor.

Um deles é o tradicional, muito conhecido e difundido em nossas escolas, apoiado nas tendências romântico-elogiativo e factual-descritiva e, conseqüentemente de seus pressupostos. O outro, é o que se pode chamar de "ensino renovador", encontrando-se ainda a nível de proposta por parte de alguns educadores que buscam ensinar a História a partir de um novo enfoque. Essa abordagem renovadora do ensino encontra-se ligada a linha tendencial teórica-analítica, que procura libertar nossa historiografia do peso que as tendências romântica-elogiativa e factual-descritiva exerce sobre ela.

O ensino tradicional está baseado num ensino antigo e ultrapassado. Cabe ao professor o papel de transmissor e ao aluno de assimilador do conteúdo de forma passiva e acrítica, tornando-se conformista e alienado. Seu conteúdo restringe-se a estudos biográficos de heróis e datas. Este estudo visa a formação da consciência patriótica, transmitindo aos alunos o relato cronológico dos acontecimentos sem nenhuma perspectiva crítica, dando-lhes uma visão parcial dos resultados desse processo, como afirma INEZ (1985):

"atribuindo ao povo o papel de sujeitos passivo da História, submetidos ao arbítrio dos grandes homens, e ocultando os inúmeros movimentos sociais que irromperam periodicamente em nosso país, nos quais coube

às classes populares uma participação decisiva, o 'ensino tradicional' contribuiu para reforçar a ordem político-social vigente" (p.27).

Sinteticamente, tal ensino está calcado em três procedimentos básicos:

1. Supervalorização dos livros didáticos e dos professores como donos e depositários únicos do saber e do poder e, portanto, inquestionáveis;

2. Repressão da criatividade e iniciativa dos alunos;

3. Negação dos conhecimentos prévios dos alunos, vistos como aqueles que não sabem o que devem aprender escutando e prestando atenção aos professores.

Essa História vista como estudos de coisas velhas, antigas, dos mortos importantes e de acontecimentos monótonos, gera nos alunos uma atitude de passiva contemplação do mundo, ao invés de estimulá-lo desenvolvendo sua criatividade, seu raciocínio e sua consciência crítica. Dessa forma esta disciplina torna-se enfadonha, não havendo uma relação entre presente-passado porque para alguns historiadores os mortos ainda continuam tangendo o rebanho dos vivos.

Igualmente ao ensino, os livros didáticos de História, apresentam-se na maioria das vezes desvinculados da realidade do aluno, seus conteúdos não levam em conta as desigualdades sociais e as diferenças regionais. Não levam os alunos a adquirirem habilidade de conscientização, reflexão, questionamento dos problemas sociais. Esse instrumento sem dúvida contribui para a continuidade do ensino tradicional, da consciência ingênua e perpetuação dos moldes de produção. Os conteúdos dos livros didáticos são excessivamente resumidos, de modo a dificultar a compreensão dos alunos que aprendem um amontoado de fatos ininteligíveis ou simplesmente apresentam explicações em grande quantidade de forma simplista que caracteriza-se por dar uma abordagem descritiva e factual. Enfim, tem como ponto relevante justificar as formas de dominação existentes, de modo a garantir a sua continuidade.

O conteúdo reproduzido pelo livro didático é difundido além das escolas, nas famílias e nos meios de comunicação (AIE's) de forma sutil, através de mitos e versões por estes criados como, por exemplo de negar, o caráter violento do processo de conquista e colonização do Brasil de conceber, os índios e negros como raças inferiores, sem cultura, de modo a justificar sua exploração; de idealizar o brasileiro como cordial, religioso, pacífico, hospitaleiro e generoso, como denuncia NADAI (s/d):

, "Nação marcada pela unidade, constituída por povo solidário, amante da paz e por isso, abençoado pelo Senhor. "Deus é brasileiro", povo pacífico e ordeiro amante do samba e das mulatas" (p.150).

Assim, inculcando esses valores, torna o povo brasileiro conformista, aceitando todas as mudanças falaciosas, pacotes econômicos, roubalheiras e falcatuas de forma pacífica. A história contada dessa forma Oculta o verdadeiro interesse da classe dominante.

Esses são alguns dos mitos que vigoram em nossa história e que devem ser desmistificados.

Os equívocos deste ensino tradicional podem ser trabalhados pelo " ensino renovador ", com bases sólidas e reais, pois ele parte de uma visão da História enquanto processo social, estruturado na produção e superação das contradições sociais existentes.

Nesta concepção todos os homens são sujeitos da História e sua atuação é influenciada pela posição que ocupam no processo de produção de seus meios de sobrevivência. Exterminando assim a importância dada aos grandes heróis da nossa História, como únicos responsáveis pela construção da mesma.

O ensino renovador articula-se na perspectiva teórica-analítica e procura correlacionar os fatos históricos, buscando as suas manifestações nos diferentes níveis da realidade (dominante x dominados). Com ênfase nos aspectos estruturais do processo social brasileiro privilegiando as determinações econômicas.

Esta visão de ensino procura fazer do aluno um sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, oportunizando-o a conscientizar-se sobre a importância do ensino da História para o entendimento e compreensão da realidade presente.

Quanto ao professor deve atuar como animador e orientador da aprendizagem, colocando o aluno como centro da ação educativa, estimulando-o a pensar e estudar, de forma a orientá-lo na aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Neste sentido é significativa a afirmação de PAULO MICELLE (s/d) quando diz que:

" parece necessário ter coragem de jogar no lixo a comodidade emburrecedora de anotações amarelecidas, repetidas dia após dia, classe após classe, ano após ano. É necessário ter coragem de transformar em cinzas ou adubo, pilhas e pilhas de livros didáticos, lidos e relidos sem tesão de qualquer tipo. É necessário ter coragem de superar e ignorar programas oficiais, burlar vigilâncias, criar coragem de lutar de todas as formas para que, na voz de seus profissionais, a história ganhe respeito e importância, mesmo quando isso pareça impossível" (p. 41).

Mas é importante ressaltar como chama atenção PIZARRO e MADER que nesta perspectiva renovadora, há alguns aspectos que precisam ser questionados, como o grau de abstração ou a especulação teórica, a linguagem difícil, muito científica; a interpretação meramente econômica dos fatos; o descuido em relação ao referencial factual; a visão dicotômica, simplista da História, etc.

Diante dos problemas levantados pela literatura consultada para a realização deste trabalho faz jus a nossa preocupação com o ensino de história do Brasil e conseqüentemente com a postura do educador na utilização do livro didático de história do Brasil, e conseqüentemente, deste ensino.

Por isso, nos propomos a melhorar nossos conhecimentos nesta área já que ele retrata as nossas origens, a história que nos trouxe, os conflitos e avanços sociais que vivemos até os dias atuais.

Portanto, para que possamos entender melhor o processo social vigente e contribuir para a melhoria do ensino de História faremos uma busca, no intuito de desvendar um conto de fadas ou não.

3.- OBJETIVOS :

3.1. Observar a prática docente do professor(a) de História do Brasil na 5ª série da Escola Municipal de 1º grau na cidade de Cajazeiras(PB) , enfocando o conteúdo e a metodologia por ele utilizado.

3.2. Realizar estudos e discussões com os professores de história do Brasil, tentando relacionar o estudo teórico que realizamos sobre o tema em questão e a prática de ensino da referida disciplina.

4.- FALANDO DA MINHA EXPERIÊNCIA:

Com o intuito de apresentarmos a nossa proposta e conhecermos a realidade em que iríamos trabalhar, nos dirigimos a escola pública Municipal de Cajazeiras com turmas de 1º grau situada na zona norte da cidade.

Esta escola foi fundada em 1970 no governo de João Agripino contando em seu espaço físico com uma área coberta de 20 X 28 m, assim distribuídos: cinco salas de aulas, uma sala onde funciona a diretoria e a secretaria, uma sala de professores, uma biblioteca, uma cozinha, dois banheiros sendo um masculino outro feminino e um pátio coberto. Estes ambientes estão em bom estado de conservação, apesar da precariedade do mobiliário.

Funciona nos três turnos contando com dezenove (19) professores, onze (11) funcionários e 310 alunos distribuídos da seguinte forma:

TURMAS	ALUNOS
Pré-escolar	38
Alfabetização	27
1ª série	38
2ª Série	29
3ª Série	31
4ª Serie	31
5ª Série	56
6ª Série	26
7ª Série	15
8ª Série	19
TOTAL	310

Ainda nesta etapa realizamos conversas com o professor de história para compreensão da sua proposta de trabalho, bem como discutimos acerca da nossa atividade. Na oportunidade entregamos a ele cópia do nosso projeto para que pudesse posteriormente fazer uma leitura mais detalhada, porém, no momento demos uma lida nos objetivos e na metodologia.

Em seguida, fizemos leituras do livro adotado pelo professor intitulado: "História Memória Viva" de Cláudio Vicentino para tomarmos conhecimento do seu conteúdo e a forma como este é trabalhado pelo autor, servindo também para subsidiar teórica-metodologicamente as observações que realizaríamos em sala de aula, além, de ajudarmos a entender como o professor utilizaria este livro, qual o papel que ele ocupa no processo ensino-aprendizagem, ou seja, se este na verdade o auxilia como instrumento didático.

A leitura específica desse livro e outros nos auxiliaram na elaboração dos instrumentos metodológicos, ou seja,

nas fichas-roteiro das observações e entrevista que faríamos com o professor. (Anexo 1 e 2).

Analisando o livro "História Memória Viva", podemos dizer que o autor trabalha os conteúdos de forma simplista e dentro de uma linha que se aproxima, ora, da teórico-analítica (predominante), ora da factual-descritiva. Por exemplo, ao trabalhar o conteúdo "Descobrimiento do Brasil" no capítulo 2, o autor restringe-se a narrar o fato de forma factual, sem nenhuma perspectiva crítica (nexo 3), já ao trabalhar no capítulo 7, onde trata dos "Jesuítas e das Missões", o autor faz uma breve análise do papel dos Jesuítas no processo de catequização dos índios ao afirmar entre outras coisas que os Jesuítas ensinavam a língua portuguesa e a religião Cristã aos nativos, afastando-os de seus costumes e tradições religiosas (nexo 4). Tadavia, deixa de ressaltar o papel relevante dessa catequização no processo de conquista e colonização do Brasil, que teve como resultado tornar os índios dóceis e de fácil manipulação.

O autor afirma que a igreja católica era contra a escravização do negro. Aqui cabe uma pergunta, que a nosso ver poderia ter sido levantada pelo autor. Por que a igreja era contra a escravização indígena e não era contra a escravização negra? Será que não havia interesses maiores por trás de tudo isso? Já no capítulo 11, cujo tema era "A proclamação da Independência", o autor trabalha na linha teórico-analítica, mostrando os verdadeiros interesses da independência do Brasil (anexo 5). E assim sucessivamente.

Em suma, o livro didático embora enquadre-se nos moldes do ensino Renovador, deixa, na nossa opinião um pouco a desejar por trabalhar alguns conteúdos de forma resumida e por não desmistificar os mitos e versões da história.

Realizamos uma entrevista com o professor com duração de 30 minutos, usando com sua permissão o gravador. Durante a nossa conversa ficamos atentas ao seu discurso, pois pretendíamos, no momento da observação das aulas, confrontar com sua prática. Este confronto será feito quando estivermos comentando mais adiante os registros apresentados no período da observação em sala de aula.

Após essa etapa, passamos a observar as aulas de História do Brasil, ministradas na 5ª série sempre no 1º horário.

O período destinado à observação foi muito curto, em virtude da greve e dos feriados caírem em dias da aula de História, das férias do professor e, principalmente, por existir nessa escola apenas uma turma de 5ª série no turno da noite, o que dá um total de 11 aulas observadas.

Ao chegarmos em sala de aula, o professor preferiu fazer a nossa apresentação explicando os motivos da nossa presença; fomos muito bem recebidas pela turma. Ao término desta apresentação, dirigimo-nos para a última cadeira, afim de não atrapalharmos a aula e podermos observar melhor os presentes e tudo que acontecia ali. Fizemos, com autorização do professor, alguns registros por escrito com ajuda da ficha-roteiro para serem discutidas no momento oportuno com ele.

Apesar do curto espaço de tempo para essa etapa, é possível fazer alguns comentários sem pretendermos definir sua prática docente.

O professor trabalha em cima de aulas expositivas, não conseguindo prender por muito tempo a atenção dos alunos,

apesar da boa relação que mantém com estes. Ele valoriza muito a disciplina que leciona demonstrando ao longo das aulas a sua admiração e respeito por esta. Avalia seus alunos através de trabalhos e provas. É ele o responsável pelo seu programa, que retira quase que integralmente do livro texto. O material didático por ele utilizado restringe-se ao livro didático, apostilhas dadas pelo professor e xerocopiadas pelos alunos em virtude desses não poderem comprar o livro. O professor acha que não deve copiar esses conteúdos no quadro, pois é um tempo retirado da explicação.

No período em que estivemos observando suas aulas, ao trabalhar, por exemplo, o conteúdo "O Brasil pré-Colonial", o professor limitou-se a narrar este assunto de forma factual exigindo que os alunos decorassem alguns termos como especiarias, escambo, nomes das companhias, das expedições que vieram ao Brasil, etc. Poucos alunos participavam da aula, a maioria fica apenas observando sem muito interesse.

Ele procura porém, movimentar a aula e a participação dos alunos e o faz através de perguntas dirigidas de forma descontraída. Contudo, não conseguiu tornar a aula mais dinâmica, talvez pela forma como ministra o conteúdo. Quem sabe, poderia buscar outros materiais didáticos como usar mapas para ilustrar a aula entre tantos outros recursos?

Um dia, um aluno perguntou: "Qual o país mais próximo do Brasil?" Ele não soube aproveitar essa deixa para fazer uma relação interdisciplinar com a Geografia ou poderia ter orientado o aluno no sentido de encaminhá-lo a fazer essa descoberta, por exemplo. No entanto respondeu prontamente sem maiores explicações.

Em outro momento, o professor conseguiu dar uma dinâmica nova a sua aula, oportunidade em que trouxe um livro que falava da viagem de Marco Polo à China. Percebemos que esse fato conseguiu quebrar a rotina do seu trabalho e despertar o interesse dos alunos. Aproveitando a atenção dada pelos alunos a sua explicação, o mesmo mostrou a importância da História para a nossa vida, mostrando que através dela é que podemos tomar conhecimento dos fatos ocorridos ao longo da História.

Ao passar um trabalho para os alunos (anexo 6), cujo conteúdo poderia ser bem mais interessante, o professor marcou um debate a ser realizado na próxima aula acerca desse conteúdo.

No dia marcado apenas duas equipes haviam trazido o trabalho. Então o professor passou uma aula inteira para explicar como este deveria ser feito, dizendo que os alunos deveriam respondê-lo com suas próprias palavras ficando o debate para a aula seguinte.

No dia do debate, praticamente ninguém havia estudado nada. Assim o professor limitou-se a perguntar a um e a outro aluno as questões com o trabalho em mãos, sobre o que significava cada palavra. Tentava com isso provocar uma discussão entre os alunos ou pelo menos arrancar as respostas, mas não conseguiu, já que esses apenas transcreveram as respostas da apostilha para o trabalho, sem crescer nada. Apenas 12 alunos estavam presentes neste dia para esta discussão.

Nas demais aulas, o conteúdo foi explanado sempre da mesma maneira através de aulas expositivas, com pouca participação dos alunos.

Podemos aqui ressaltar como faz GERALDO apud VALLE (1992) a importância da postura do professor ao transformar a sala de aula "num lugar de produção e não num lugar onde se toma conhecimento da produção feita fora dela" (p.90). Neste sentido, a escola assume um papel muito importante na postura do cidadão, fazendo com que esse produza seu próprio saber, sendo capaz de analisar com bases sólidas o conhecimento apresentado em busca do verdadeiro saber.

Aproveitando a ausência do professor no dia em que realizar-se-ia a última observação, tive uma conversa com os alunos sobre o projeto de estágio, falei-lhes da necessidade de se questionar os conteúdos apresentados no ensino de História, já que nem sempre esses são repassados de forma crítica. Discutimos também acerca da importância da História em nossas vidas, do valor de se estudar em busca de um futuro melhor principalmente que, ultimamente a grande parte dos concursos exigem que se tenha no mínimo o 1º grau completo. Finalizando com as despedidas e agradecendo a atenção recebida.

Pudemos, ainda verificar a distância existente entre o discurso e a prática do professor. Ele ao longo da entrevista se reportou constantemente a problemática educacional como sendo resultado do desinteresse do alunado, dos fatores sócio-econômicos destes, não se colocando como parte desse processo. Contudo, observamos que algumas das dificuldades dão-se face ao estilo de aula dada sendo monótonas e desinteressantes, embora o professor considere-se muito crítico. Durante as aulas observadas não demonstrou bem isso.

Enfim o ensino de História de modo geral, apresenta-se precário, debilitado. A escola não dispõe de material didático nem há programas que habilite o professor a confeccionar seu próprio material (como sucatas, por exemplo). Acusei a isso o fato de se colocar um professor formado em Direito sem habilitação para ensinar essa disciplina. Temos um ensino mecanizado a base da "decoreba", onde o aluno não se interessa por essa disciplina. O conteúdo que a escola repassa é distante da realidade do aluno e pouco serve para auxiliá-lo na compreensão dos fatos políticos, sociais e econômicos que o cercam.

Esse ensino está longe de ser um ensino dinâmico, crítico, "Renovador", que estimule o discente a pensar e refletir, deixando de lado a postura de homem pacífico, alienado e acrítico. Contudo, temos consciência de que exercer essa profissão dentro das condições que este professor trabalha não é nada fácil. Ganha um salário irrisório que não é suficiente para manter a sua família, tendo que exercer outra profissão nos outros dois expedientes, restando pouco tempo disponível para dedicar-se ao ensino de História. Não estamos com isso, tentando justificar essa prática, mas fatos como esses devem ser levados em consideração.

É chegada a hora de contar como as coisas realmente aconteceram, chega de contos de fadas, da exaltação dos heróis (alguns até não tão heróis assim) e fazer como diz Micele "colocá-los sob suspeita". Chega de aprender uma história bonita

hoje, e amanhã tomar conhecimento de que ela não é verdadeira, o senso crítico deve ter início desde cedo, e fazer parte do cotidiano de cada um.

O professor é fundamental nesse processo, deve pesquisar, estudar para não repassar essa história tão irreal, deixar de lado a "decoreba", as listas de datas, e sim, concentrar-se no fato em si. Dessa forma o aluno terá mais interesse na disciplina pois só através do conhecimento o homem será capaz de entender as mazelas que o cercam, e principalmente lutar para combatê-las.

O livro didático é um dos principais cúmplices desse processo, tratando a história da forma como a classe dominante deseja. Embora os livros mais recentes não se configurem tão intensamente nessa abordagem, ainda trazem no seu bojo, de forma camuflada os fatos históricos representando os interesses das elites. Neste sentido, o professor politizado, consciente, terá condições de transformar esses conteúdos em fatos verídicos, burlando assim o cerceamento ideológico imposto.

Todos esses pontos foram discutidos com o professor no decorrer das nossas conversações num total de três (03), onde moutrou-se aberto as críticas, tendo consciência dos erros cometidos.

Analisamos juntos os aspectos positivos e negativos de todas as aulas observadas, discutimos um pouco sobre a História, a questão da necessidade de desmistificar os mitos e versões, dos problemas encontrados em salas de aula e de possíveis formas como se poderia tentar solucionar o problema, principalmente no intuito de motivar a turma para tornar as aulas mais interessante.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal problema encontrado no ensino de História decorre do tipo de aula ministrada, tendo em vista que ela não estimula o discente a pesquisar, a refletir e a questionar os conteúdos, tornando assim as aulas a uma monotonia.

Outros problemas, embora não tão sério quanto o primeiro parece que decorrem dos fatores sócio-econômicos dos alunos.

Parece-nos que o primeiro é de solução mais imediata. Nesse sentido, sugerimos ao professor optar pelo seguintes procedimentos entre outros:

- Realização de pequenas gincanas em sala de aula com a turma dividida em grupos para estudo do mesmo conteúdo. Nessa atividade o professor se comportaria como coordenador e conduziria as questões a serem respondidas pelos grupos, transformando em nota ou conceito, o somatório dos acertos de cada grupo.
- Realização de seminários com intuito de estimular o estudo da matéria e desinibir os alunos.
- Orientá-los^a a produzirem textos com base nos conteúdos da matéria de forma a desmistificar distorções acumuladas nos conteúdos pelas classes dominantes.

Citamos apenas estas atividades. Porém, penso que o professor deveria procurar um bom livro de metodologia de Ensino e selecionar as metodologias que mais se adaptassem as suas condições para que obtenha resultados mais significativos no sentido de auxiliar os alunos a formarem um senso crítico para entender e relacionar aquilo que é ensinado na escola a sua própria vida possibilitando o exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER. Louis, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), Tradução de Walter José Evangelista de Maria Laura Viveiros de Castro; 2ª ed. Rio de Janeiro. GRAAL, 1985.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Pátria Amada, Ignorada. Brasília, (7) n.37 Jan./Mar 1988.
- CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de. A criança, novos tempos, novos espaços: História e Geografia na escola. Brasília (7) n. 37. Jan/Mar.1988
- CHARLOT Bernard. A Mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação, 2ª ed. R.J. ZAHAR editores, 1983.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático, 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1944. (Coleção questão da nossa época; v.37)
- FONSECA, Selma Guimarães. Caminhos da História Ensinada, São Paulo, Papirus, 1993
- FREITAG, Bárbara, et alii. O Livro Didático em Questão. 2ª Ed. São Paulo Cortez.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolett. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de educação e ensino).
- MOLINA, Olga. Quem Engana Quem? Professor Livro Didático, 2ª ed. Campinas, SP Papirus, 1988.
- NADAI, Elza. Memória, História, Historiográfica: Dossiê Ensino de História. Revista Brasileira de História 25/26. AMPVA. Editores Marco.
- PIZARRO, Inês de Sant'Anna e MADER, M.E.N.S. O ensino da História do Brasil em questão. 8ª ed. Curso por correspondência de tecnologia educacional aplicada ao ensino de Estudos Sociais.no 1º grau. R.J, ABT, 1985.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA-CAMPUS V - CAJAZEIRAS
CFP-Centro de Formação de Professores.
Estágio Supervisionado - Pedagogia - Orientadora:
Marilene Vilgalvino.

FICHA DE OBSERVAÇÃO

1a. UNIDADE.

1a.) Com relação ao professor de história em seus diferentes aspectos:

1.1. Qual a importância que o professor atribui a disciplina.

.....
.....
.....
.....
.....

1.2. Dificuldades que ele encontra para ensinar história

.....
.....
.....
.....
.....

1.3. Como avalia a aluna.

.....
.....
.....
.....
.....

1.4. Qual seu interesse pela História.

.....
.....
.....
.....
.....

1.5. Qual a formação específica do professor com relação à disciplina.

.....
.....
.....
.....
.....

2a.) Com relação ao Programa.

2.1. Nas salas em questão o professor é responsável
programa ou até já vem pronto.

.....
.....
.....
.....
.....

2.2. Até que ponto a programação tem relação com o conteúdo do livro texto.

.....
.....
.....
.....
.....

2.3. O programa ideal (o do plano)corresponde ao real (aquele que é dado).

.....
.....
.....
.....
.....

2.4. A escola exerce influência na programação.

.....
.....
.....
.....
.....

2a. Unidade

3a.) Com relação ao material de ensino.

3.1. Quais os materiais que o professor utiliza em suas aulas, e qual a finalidade.

.....
.....
.....
.....
.....

3.2. O professor sozinho adota o livro texto(ou o aluno também faz parte da escolha).

.....
.....
.....
.....
.....
.....

3.3. O professor utiliza várias fontes de pesquisa ou trabalho somente com o livro didático.

.....
.....
.....
.....
.....
.....

3.4. Até que ponto o L.D. Contribui para o processo de ensino-aprendizagem.

.....
.....
.....
.....
.....
.....

4a.) Com relação as técnicas utilizadas pelo professor:

4.1. Quais as técnicas são usualmente empregadas pelo professor.

.....
.....
.....
.....
.....
.....

4.2. Pratica a interdisciplinaridade.

.....
.....
.....
.....
.....

4.3. Em que fundamentos teóricos se baseia o professor para realizar tais técnicas.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5a.) Com relação ao aluno.

5.1. Os alunos se interessam pelas atividades propostas pela professor? Tem oportunidade de propor atividades diferente ?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5.2. Qual rendimento apresentado por estes na disciplina em questão.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA - PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA

lento
PROJETO DE MONOGRAFIA

TEMA História do Município de Santa Helena em
seus aspectos: Social, Cultural, Econômico e
Político.

ELABORAÇÃO - Geraldo Correia Alves

Santa Helena - Outubro - 1993.

Justificativa

A necessidade de uma organização dos fatos que ocorreram da formação aos dias atuais do município de Santa Helena. Que este sirva como fonte de pesquisa para todos que venha se interessar pelo assunto.

Problema

Quando se trata da história de um pequena cidade as dificuldades são enormes, por que não encontramos quase nada registrado do seu passado, são mínimas as informações. O que levou a formação do pequeno povoado, hoje a cidade de Santa Helena?

Hipótese

A formação do município de Santa Helena começou apartir da construção da Via Férrea que liga o Estado da Paraíba com o Ceará.

Objetivos

Geral

Elaborar um trabalho sistematizado no qual conste as principais causas e consequências que levaram a formação e desenvolvimento social, cultural, econômico e político do município que apartir destes dados possamos encontrar meios para que este continue cada vez mais a crescer.

Específico

Analizar alguns problemas políticos e econômicos que interferiram no pleno desenvolvimento do município de Santa Helena.

Metodologia

A pesquisa se dará em dois momentos:

Estudos teóricos que nos dará o embasamento do tema proposto.

Entrevista realizada com moradores mais antigos através da história oral.

Embasamento Teórico

Será usado na pesquisa monográfica o Livro Estrada da Boiada documentos, revistas, folhetos e jornais cujo seus conteúdos sirvam para análise e reflexão dos problemas e meios para solucioná-los.

Cronograma de Atividades

- PlanejamentoOutubro de 1993
- Coletas de DadosNovembro de 1993
- Redação, correção do texto e datilografiaDezembro de 1993

Bibliografia

- CARTAXO, Rosilda - Estrada das Boiadas - Nopigral - João Pessoa, 1975 - 2ª edição.
- Revista - Interior nº 52 - Setembro/Outubro de 1983.
- Revista - A Carta nº 331 - Julho de 1993.
- Folheto de Cordel - NASCIMENTO, Raimundo Luiz do - nº 27 Novembro de 1990. nº 280 - Abril de 1992.

"Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo".

K. Marx

"Os escravos, em geral, não sabem ler ; não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade para sentir a dureza da sua condição".

Joaquim Nabuco

ANEXO 2**ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE HISTÓRIA:**

1. Qual a importância que você atribui a História?
2. Quais as principais dificuldades que encontra para ensinar História?
3. Como avalia o desempenho do aluno ?
4. Qual o seu interesse pela História?
5. Qual sua formação específica com relação a disciplina?
6. Com relação a programação você é responsável pelo programação, ou ela já vem pronta?
7. Até que ponto o programa confunde-se com o que é apresentado no livro texto?
8. Que comentário tem a fazer sobre a programação?
9. O programa ideal corresponde ao programa real?
10. Como a escola decide sobre o programa?
11. Quais os materiais que você utiliza normalmente em suas aulas?
12. Você adota o livro texto?
13. O professor já trabalhou com outros livros? Quais? E Por que deixou de adotá-lo?
14. Como avalia a utilização do livro didático. Contribui ou não para o processo ensino aprendizagem?
15. Quais as técnicas que você utiliza?
16. Recebe orientação em relação a essa técnica?
17. Como você vê o problema da avaliação, do rendimento escolar? Costuma avaliar seus alunos?
18. Como é ser professor de História?

19. Que problemas você enfrenta?
20. Como avalia seu trabalho?
21. Qual a linha e abordagem da História que você trabalha?
22. Como vê o planejamento para o ensino? Como você planeja?

ANEXO 3**TRABALHO DE HISTÓRIA APLICADO AOS ALUNOS:**

1. FALE SOBRE AS PRINCIPAIS PALAVRAS CHAVES:

- A. ESCAMBO
- B. ESPECIARIAS
- C. EXPEDIÇÕES
- D. FEITORIA
- E. MONOPÓLIO
- F. PAU BRASIL
- G. PIRATARIA
- H. SESMARIA

HISTÓRIA

memória viva

CLÁUDIO VICENTINO

Brasil Período colonial e Independência

editora scipione

ra-se que, entre os chefes e cabeças da conjuração, o principal
as idéias de República foi o réu Joaquim José
Tiradentes, alferes que foi da Capitania de Minas, o qual, há muito tempo
minável intento de conduzi
uma rebelião, pela qual se
cia devida à dita Senhora, f
amente, discursos sediciosos
governador de Minas, antecessor
tual e que, então, sem nen
zação, foram

que
Gover
do atual e
nenhuma raz
desprezados.
Mostra-se que, ent
cabeças da conjuração
que suscitou as idéias de
foi o réu Joaquim José da S.
Xavier, por alcunha o Tiradentes,
alferes que foi da Cavalaria Fieira
da Capitania de Minas, o qual, há
muito tempo que tinha concebido o
abominável intento de conduzir os
povos daquela Capitania a uma
rebelião, pela qual se subtraíssem
da justa obediência devida à dita
Senhora, formando para esse fim,
publicamente, discursos sediciosos
que foram denunciados ao
Governador de Minas, antecessor
do atual e que, então, sem
nenhuma razão, foram
desprezados.



da Capitania de Minas, o
muito tempo que
abominável
povo

O impulso não podia mais ser contido, e a partir de 1415, o avanço luso foi crescente: 1419 — descoberta da Ilha da Madeira; 1427 — descoberta do Arquipélago dos Açores; 1434 — conquista do Cabo Bojador; 1445 — descoberta das ilhas de Cabo Verde.

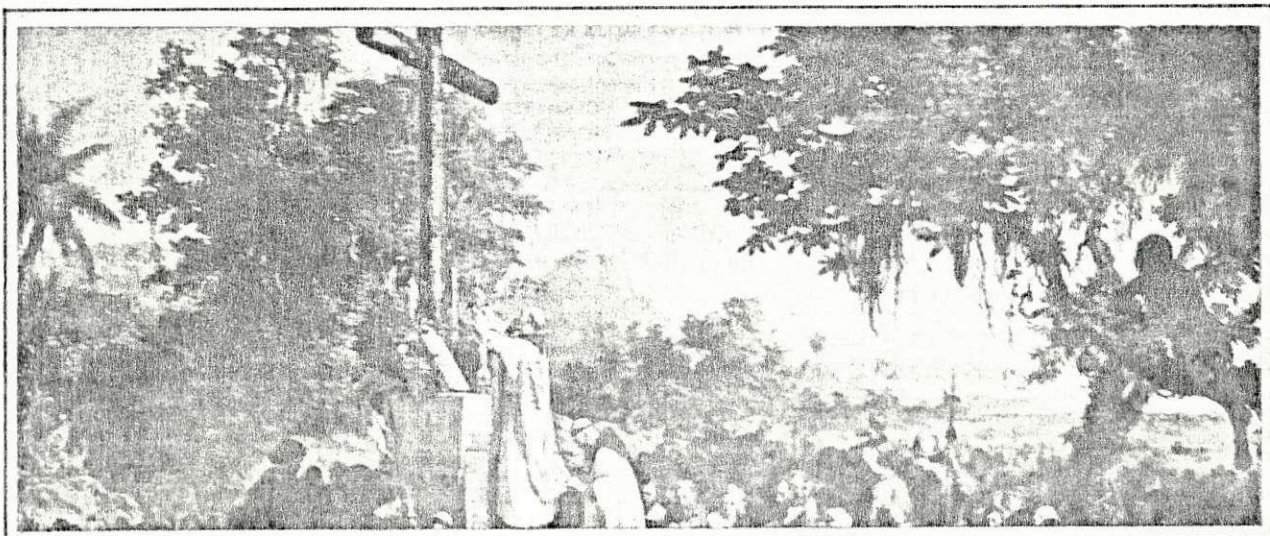
Em 1453, um acontecimento reforçou o processo expansionista luso: a conquista pelos turcos otomanos de Constantinopla, principal centro de obtenção de mercadorias orientais pelos italianos. Impedido o comércio, os produtos alcançaram preços tão altos que compensava a busca de outros caminhos para o Oriente. Além disso, as descobertas de ouro na costa africana e a exploração de produtos, como marfim e madeira, reforçavam a aventura conquistadora.

A meta seguinte foi contornar o sul da África e dirigir-se para o Oriente, a fim de buscar na origem as riquezas das Índias. Assim, em 1462, os portugueses alcançaram o Golfo da Guiné; em 1482, o Congo; em 1487, uma expedição chefiada por Bartolomeu Dias chegou ao Cabo da Boa Esperança, no sul da África; até que, finalmente, em 1498, Vasco da Gama chegou a Calicute, nas Índias, um dos mais importantes centros comerciais do Oriente.

→ Em 1500, Pedro Álvares Cabral seguia para as Índias pela rota de Vasco da Gama e desviou sua frota para oeste. Tomou posse do território americano pertencente a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, assinado com a Espanha em 1494 — o Brasil.

Cabral partiu de Portugal em 9 de março de 1500, com 13 navios, e alcançou as costas do novo território em 22 de abril. No dia anterior, a tripulação avistou um monte ao qual denominaram Monte Pascoal, pois era semana da Páscoa. No dia 22, aportaram no sul do atual estado da Bahia, num local que denominaram Porto Seguro. Julgando ter chegado a uma ilha, chamaram as novas terras de Ilha de Vera Cruz e, posteriormente, corrigiram o nome para Terra de Santa Cruz e finalmente Brasil.

No dia 26 de abril, Frei Henrique de Coimbra rezou a primeira missa no novo território e, em 2 de maio, Cabral prosseguiu viagem em direção às Índias. Enviou de volta a Portugal uma das naus, com uma carta redigida pelo escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, relatando a missão e descrevendo a nova terra.



Vitor Meirelles. A primeira missa no Brasil

A representação da primeira missa rezada no Brasil, feita pelo pintor Vitor Meirelles espelha o choque de culturas: de um lado, os colonizadores, com valores e comportamentos complexos, de outro, atônitos ou inertes, frente a um atraente ou assustador espetáculo, os nativos.

Expansão Marítima Espanhola

Enquanto se processava a expulsão dos últimos árabes do sul do seu território, a Espanha dava início à sua expansão marítima. Durante o reinado de D. Fernando II e sua esposa Isabel I, o navegador genovês Cristóvão Colombo propunha chegar às Índias por uma rota diferente da dos portu-

gueses. Acreditando na esfericidade da Terra, Colombo achava que, navegando sempre na mesma direção, chegaria ao ponto inicial da viagem. Assim propôs-se viajar em direção ao Ocidente para alcançar as Índias.

Colombo partiu da Espanha em agosto de 1492, com três caravelas, e, em 12 de outubro, alcançou um novo continente: a América. A conquista espanhola desencadeou uma grande disputa en-

Inúmeras contribuições indígenas ocupam o vocabulário, a alimentação, as lendas e os costumes da população brasileira atual. Observe alguns exemplos:

- na **língua**, cipó, jabuticaba, abacaxi, etc., além de muitos nomes de acidentes geográficos ou cidades, como Tietê, Juruá, Paraguaçu, Itapemirim, Itaipu, etc.;
- nos **costumes** encontram-se utensílios, como a rede de dormir, a jangada, a arapuca, etc.;
- na **alimentação**, a tapioca, a canjica, a pamonha, o beiju, a pipoca, etc.;
- no **folclore**, danças como o cateretê, ou crenças na cobra-grande, no curupira, etc.

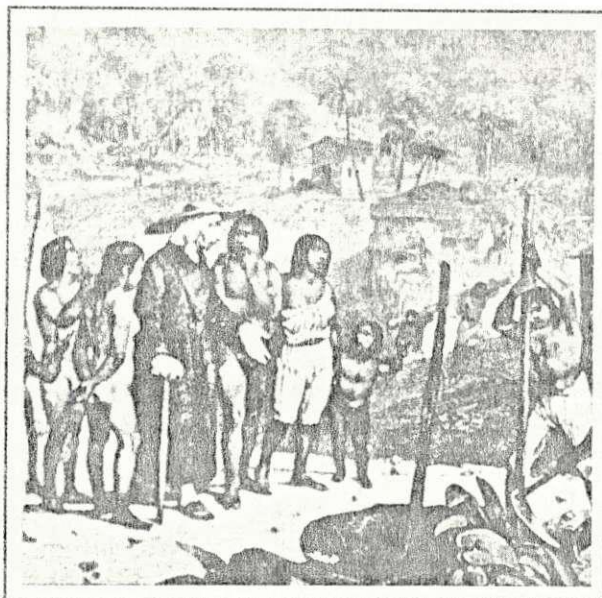
Os jesuítas e as missões

Os padres da Companhia de Jesus (jesuítas), que chegaram no início da colonização, tencionavam converter ao Cristianismo os nativos das terras brasileiras. Para isso, organizaram comunidades indígenas chamadas missões, onde ensinavam a língua portuguesa e a religião cristã aos nativos, afastando-os de seus costumes e tradições religiosas.

Espalhando-se pelo interior, de norte a sul do Brasil, algumas comunidades missionárias chegaram a abrigar milhares de índios, transformando-se posteriormente em importantes cidades.

A atuação e importância dos jesuítas também ficou marcada no desenvolvimento cultural do Brasil durante o período colonial: fundaram colégios na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de realizarem estudos sobre a língua

indígena. Um dos jesuítas mais destacados foi José de Anchieta, que ajudou na fundação do Colégio de São Paulo, origem da atual cidade de São Paulo. Além disso, foi um estudioso dos costumes, das crenças e da língua indígenas, tendo deixado diversas obras sobre o assunto.

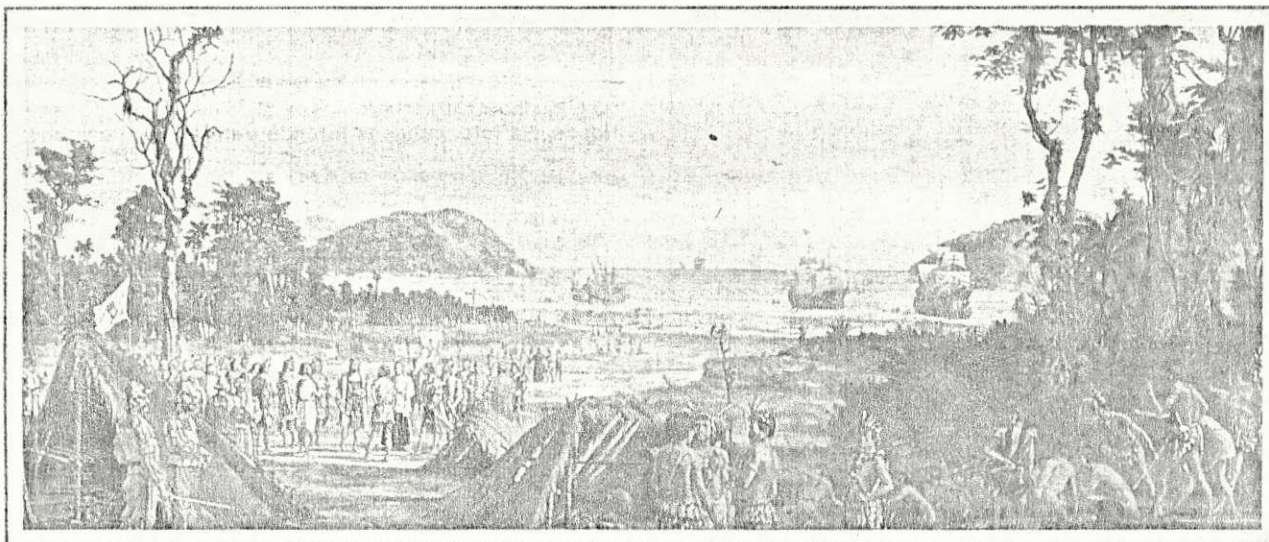


Johann Moritz Rugendas. *Aldeia de Tupatã*

A atuação dos jesuítas foi muito marcante, especialmente durante os dois primeiros séculos da colonização do Brasil.

O extermínio indígena

A atividade jesuítica com os indígenas e a proibição da Igreja Católica de escravizá-los contrariavam os interesses dos colonos, que necessitavam de mão-de-obra para a execução de suas atividades econômicas.



Benedetto Castiglione. *Fundação de São Vicente*

São Vicente, fundada por Martim Afonso de Souza, manteve uma constante escravização indígena.

Inicialmente, o conquistador português desenvolveu relações de colaboração com os nativos, explorando o pau-brasil através do escambo. Foi durante o ciclo da cana-de-açúcar que se iniciaram as tentativas de escravização, impondo-se o regime rigoroso da empresa açucareira às populações nativas, habituadas ao nomadismo e desconhecedoras das relações de trabalho obrigatórias.

A luta encarniçada contra a escravidão e pela defesa de suas terras, somada à não adaptação do índio à agricultura canavieira, levaram os senhores de engenho a optar pela escravização da mão de obra negra africana. Contudo, as regiões mais pobres da Colônia, como a capitania de São Vicente, não podendo adquirir os caros escravos africanos, continuaram a organizar expedições para aprisionar e escravizar o indígena.

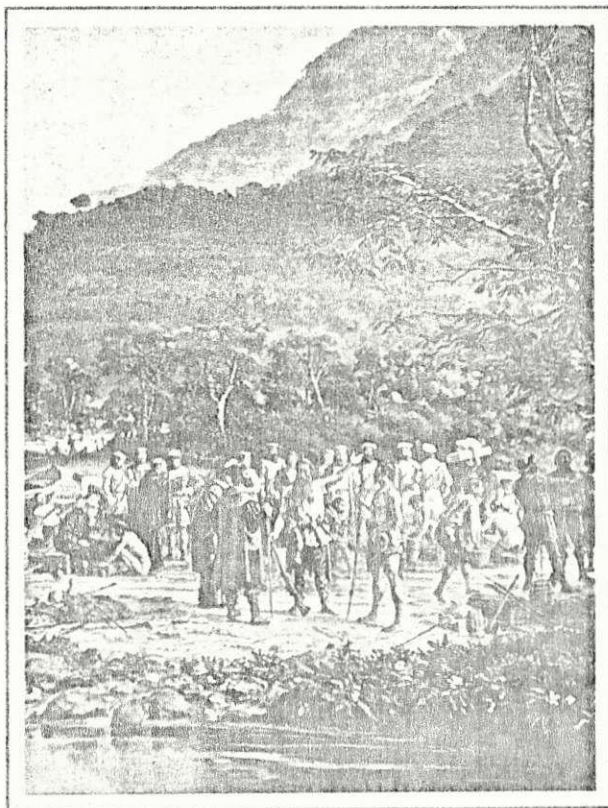
À medida que a colonização se expandiu, os indígenas foram sendo progressivamente dominados e expulsos de suas terras. A expansão branca pelo solo brasileiro transformou a colonização em sinônimo de exploração, de obtenção de lucros cada vez maiores. Eram as normas de um mundo capitalista em desenvolvimento, a despeito dos indígenas e da sua cultura.

Século após século, o branco foi destruindo o mundo indígena, restando atualmente pouco mais de 200 000 indivíduos que apresentam variados graus de aculturação. Há desde grupos totalmente integrados à sociedade branca, como os Pataxós, Terena e Guarani das regiões Sul e Sudeste, até outros isolados, sem qualquer contato com a civilização, como alguns grupos da região amazônica.

A maioria dos sobreviventes estão hoje restritos às reservas indígenas — áreas delimitadas pelo governo — onde buscam manter sua forma de viver. No entanto, continuam ameaçados em sua sobrevivência, pois suas terras são, muitas vezes, invadidas por posseiros ou garimpeiros em busca de ouro ou apenas com o intuito de apossar-se de glebas de terra. A maioria das reservas indígenas localizam-se em áreas do país para onde se expande o povoamento — as chamadas fronteiras agrícolas. O próprio governo, construindo rodovias e hidrelétricas nas proximidades das reservas, tem estimulado o avanço branco, que agrava cada vez mais as condições de sobrevivência do que resta da população indígena.

O Branco Português Colonizador

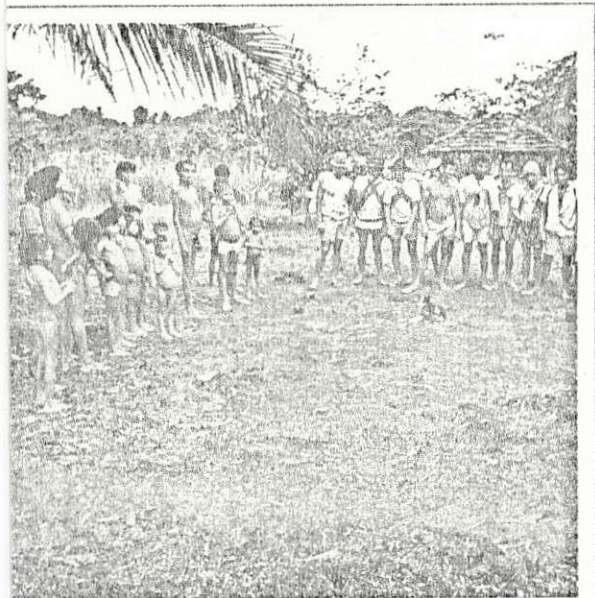
A influência dos portugueses no Brasil foi marcante, pois, como conquistadores, dominaram os indígenas e trouxeram os escravos africanos, submetendo todos a seus costumes, sua língua e religião.



Benedito Calixto. Marim Afonso de Sousa no porto de Piscaguera

A fixação dos portugueses à terra deu início à colonização do Brasil.

O colonizador luso veio para o Brasil com o objetivo de ser bem-sucedido na exploração da Colônia, ter escravos, grandes propriedades e fazer fortuna.



Ari Lago/Abril Imagens

confrontação entre brancos e índios e o conseqüente declínio da população indígena vem desde o início da colonização e tem se agravado nos últimos anos, com a expansão das fronteiras econômicas.

A Regência de D. Pedro (1821-1822)

Os brasileiros, sentindo-se ameaçados, formaram o **Partido Brasileiro**, favorável à independência. Representando a aristocracia rural, o partido procurou o apoio de D. Pedro em sua luta contra a recolonização. Seus principais líderes foram Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva.

O retorno de D. Pedro para Portugal, como demandavam as Cortes, enfraqueceria a autonomia administrativa do Brasil. Para evitá-la, os brasileiros colocaram num documento aproximadamente 8 000 assinaturas, pedindo a D. Pedro que ficasse no Brasil.

A 9 de janeiro de 1822, José Clemente Pereira entregou o documento com as assinaturas e D. Pedro teria afirmado: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". Esse fato ficou conhecido como o Dia do Fico e foi decisivo para a seguida emancipação do Brasil.

A decisão de D. Pedro levou as tropas portuguesas, comandadas por Jorge de Avilez, a se manifestarem contra o príncipe regente. Sob a intervenção pessoal de D. Pedro, Avilez foi forçado a abandonar o Rio de Janeiro. Pouco depois, os ministros, todos portugueses, se demitiram, levando D. Pedro a organizar um novo ministério. Formada com brasileiros, a nova equipe ministerial era chefiada por **José Bonifácio**, um dos mais ativos defensores da independência.

Para conter as medidas recolonizadoras de Portugal, esse ministério decretou, em maio de 1822, o "Cumpra-se", pelo qual as ordens de Portugal só seriam executadas com a expressa autorização de D. Pedro, que poderia controlar e defender a autonomia brasileira. O príncipe regente recebeu o título de "Defensor Perpétuo do Brasil", confirmando o seu comprometimento com os brasileiros.

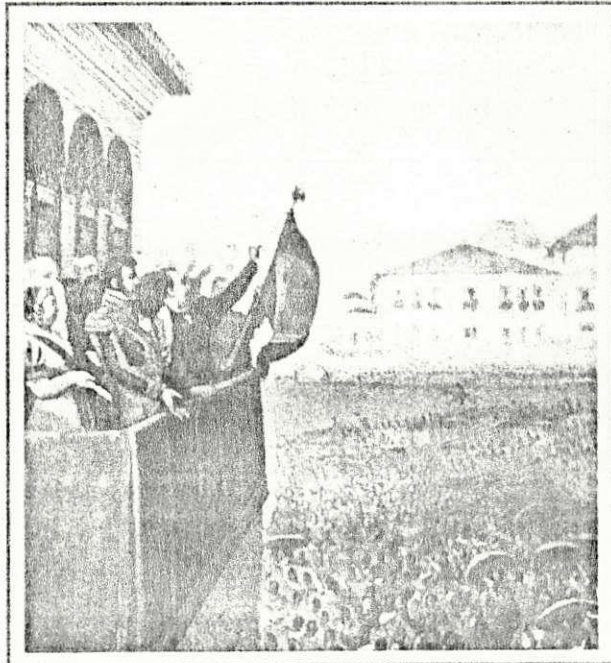
Em junho de 1822, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar as leis que deveriam regulamentar a vida dos brasileiros, confirmando o clima de independência que já existia na nação. A separação definitiva tornava-se cada vez mais próxima, e um confronto entre Portugal e D. Pedro era inevitável.

A Proclamação da Independência

Em agosto de 1822, D. Pedro estava em São Paulo, visitando as comarcas da região e deixando sua esposa, D. Leopoldina, como regente, no Rio de Janeiro. Chegaram, então, ordens de Lisboa para que as decisões de D. Pedro fossem anuladas, com a ameaça do envio de tropas para forçar o regresso do príncipe regente a Portugal.

José Bonifácio, diante da urgência e gravidade de tais notícias, enviou um mensageiro, Paulo Bregaro, ao encontro de D. Pedro, para colocá-lo a par das notícias recém-chegadas da Corte. Encontraram-se na tarde do dia 7 de setembro, voltando de Santos, às margens do riacho Ipiranga, no planalto de São Paulo.

D. Pedro, ao ler as notícias e as considerações de protesto de José Bonifácio e de D. Leopoldina, oficializou a separação definitiva em relação a Portugal, proclamando a independência do Brasil.



D. Pedro, filho do rei de Portugal declarava a independência da colônia e era aclamado como o soberano da nova nação.

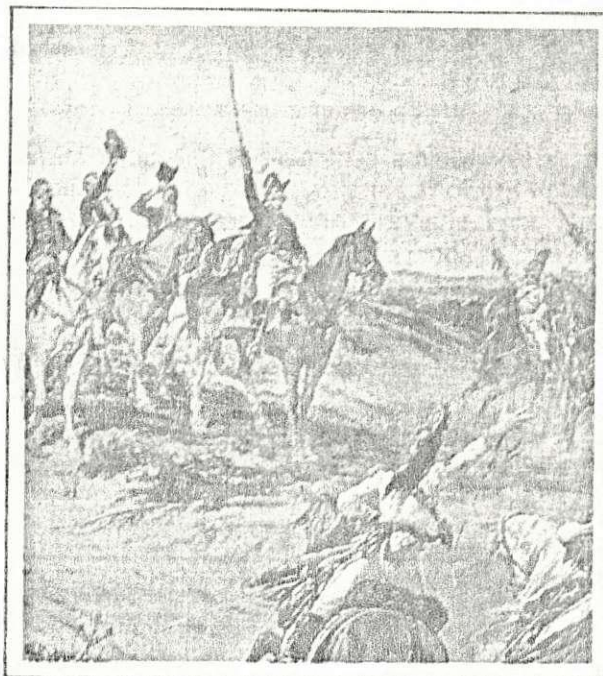
Após a proclamação, os brasileiros tiveram de enfrentar tropas portuguesas contrárias à libertação. Vencendo-as, garantiu-se a independência brasileira. Em 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi coroado imperador do Brasil, com o título de D. Pedro I.

Jean Baptiste Debret. Aclamação de D. Pedro / detalhe

A plena consolidação da independência confirmou-se nos anos seguintes, quando a comunidade internacional endossou o fato. Em 1824, os Estados Unidos da América reconheciam a independência brasileira; no ano seguinte Portugal também o fazia, sendo seguido por outros países.

Como do processo de independência só participou a aristocracia brasileira, não a grande massa da população, o fim do período colonial não implicou mudanças na economia nem na sociedade brasileira. Mantiveram-se os interesses da elite agrária dominante: a escravidão negra sobre a qual se estruturava a economia, e uma produção agrícola voltada para a exportação. Permaneceram também os privilégios dos ingleses e seu predomínio sobre o Brasil, pois era grande a dependência do novo país em relação à importação de manufaturas e à obtenção de empréstimos.

Assim, embora tenha-se obtido a independência política, manteve-se a dependência econômica. Para a grande maioria da população, o dia-a-dia não se modificou, especialmente para a massa de escravos, ainda longe da libertação.



Pedro Américo. O grito do Ipiranga (detalhe)

Consta que D. Pedro gritou em voz alta aos soldados que o acompanhavam: "Camaradas! As Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal. Independência ou morte!".

QUESTÕES

- 1 - Quais as vantagens obtidas pela Inglaterra com os Tratados de 1810?
- 2 - O que determinava o bloqueio continental de 1806?
- 3 - Por que Portugal não obedeceu às determinações de Napoleão Bonaparte?
- 4 - Quais as conseqüências da abertura dos portos às nações amigas decretada por D. João?
- 5 - Quais foram as realizações de D. João na política externa brasileira?
- 6 - Quais foram as causas da Revolução Pernambucana?
- 7 - Por que D. João VI teve que voltar para Portugal em 1821?
- 8 - Por que o "Dia do Fico" foi significativo no processo de independência do Brasil?
- 9 - O que foi o decreto "Cumpra-se"?
- 10 - Explique os acontecimentos do dia 7 de setembro de 1822.
- 11 - Explique por que a independência do Brasil não resultou em uma efetiva liberdade.
- 12 - Que grupo social se beneficiou com a independência do Brasil?

PALAVRAS-CHAVES

Abertura dos portos

Bloqueio continental

Dia do Fico

Fim do pacto colonial

Independência

Revolução Industrial

Revolução Liberal do Porto

Tratados de 1810